

Nos últimos anos, o Brasil tem avançado na agenda de dados abertos. O lançamento do catálogo dados.gov.br e a adesão a um grande número de compromissos concretos na Parceria para Governo Aberto são indicativos desse avanço. Além disso, o envolvimento de comunidades de hackers e ciberativistas na construção das entregas de dados abertos também fez parte do processo de participação social na agenda de dados abertos Brasileira, tendo sido reconhecido mundialmente por isso [1].

A manifestação institucional dessa agenda se deu com a publicação da Instrução Normativa da INDA (Infraestrutura Nacional de Dados Abertos)[2], que deu existência normativa a um esforço que já vinha sendo desenvolvido pelo time de dados abertos da SLTI/MPOG. Nesse momento, foi constituído o Comitê Gestor da INDA com integrantes do MP, da Casa Civil, da CGU, do MCTI, do MDS, do MEC, do MS, da Secretaria Geral da PR, do IBGE e representante da sociedade civil e do setor acadêmico.

Em 2013 e 2014, o comitê se reuniu 11 vezes, deliberando sobre o Plano de Ação da INDA e a forma como a política de dados abertos deve ser estruturada no Brasil. Esse período se constituiu como fonte importante de vivências para podermos iniciar um processo de reflexão e balanço sobre sua atuação, de modo a construir coletivamente estratégias e propostas para a melhoria do seu processo e sua consolidação como um espaço de governo aberto.

Com exceção de alguns poucos órgãos que ainda não conseguiram engajar suficientemente na agenda, os membros do comitê foram assíduos durante todo o período. Por outro lado, houve muita dificuldade em conseguir a adesão dos órgãos representados no comitê na construção dos produtos e entregas do Plano de Ação da INDA, de forma que sua participação acabou se limitando ao momento das reuniões, tendo pouco efeito na inserção da pauta nos seus respectivos órgãos. A agenda de dados abertos foi fomentada pelo MP, para além do Comitê Gestor, em ações com os Secretário Executivos, Oficina na ENAP, apoio ad hoc aos órgãos e em reuniões do SISP.

Para analisar as razões para os sintomas supracitados destacam-se possíveis aspectos que podem colaborar como dificultadores tanto para o desempenho da representação dos órgão no Comitê Gestor quanto para a expansão da política de dados abertos. Estes aspectos, abaixo elencados, devem ser analisados no momento da próxima reunião de 05 de dezembro, acrescidos de outros que podem ser identificados pelos representantes e que devem compor uma pauta para adequação da estratégia de promoção da política da DA:

- O assunto dados abertos não entrou de forma sistemática na concepção ou execução das competências de unidades organizacionais com escopo de “gestão da informação”, função esta que poderia promover decisões sobre a política, o planejamento e o monitoramento da abertura de dados em cada instituição.
- Carência, nas unidades organizacionais com escopo de gestão da informação, de condições ou padrões para sistematização do conhecimento sobre dados e informações produzidos em cada instituição.
- As áreas de gestão de tecnologia da informação ainda não têm foco em administração de dados, função que poderia facilitar os procedimentos de implementação da abertura de abertos em cada instituição.
- Definição das responsabilidades dos representantes dos órgãos com a implementação do plano de ação de forma a ampliar seu compromisso na implementação da política de DA.

Dessa forma, podem-se gerar questões que nos levem a novos caminhos, como:

- Há instrumentos, processos ou condições que podem ser usados para que os integrantes do comitê gestor promovam a abertura de dados em seus órgão?

- É possível utilizar instâncias já existentes de coordenação inter-governo como o SISP, CIGA, Rede SIC para promover e articular a política de DA?

É necessário também avaliar se a estratégia de institucionalização de representante da sociedade civil no comitê foi efetiva para a participação social. Não há dúvidas que a agenda de dados abertos é uma agenda inovadora, costuma reunir em torno da gestão pública uma nova geração de hackers autodidatas e militantes da sociedade. Se por um lado é fundamental envolver esses atores nas atividades da INDA, por outro ainda estamos aprendendo como fazer isso de forma sistemática, sustentável e eficaz.

Desse fato, propõe-se outra reflexão:

- Como o representante da sociedade civil no comitê gestor pode fazer a ponte entre governo e sociedade para fomentar a publicação e o uso de dados abertos. (trazer representantes de grupos de interesse em dados específicos? Como ampliar os canais de divulgação?)
- Como correlacionar as ações da política de dados abertos com a de governo aberto?

Nota – Dados por etiqueta publicados dados.gov.br:

PGI (140)  
Indicador (140)  
INDE (134)  
Previdência Social (101)  
AEPS (100)  
Benefícios (44)  
Benefícios Previdenciários (43)  
Contribuintes (21)  
UF (19)  
GFIP (19)  
Equipamentos públicos (17)  
federal (16)  
INEP (15)  
GPS (14)  
Receitas (13)  
SP (13)  
IBGE (13)  
fornecedores (12)  
avaliação educação (12)  
Vegetação (11)